

## ATA N.º 14/2019

## REUNIÃO ORDINÁRIA DE

27/06/2019

"Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões".

Y

Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e dezanove, pela	35
200 July 100	
ATT 2. V 3	
10145	-
FINANCAS MUNICIPAIS:	
FINANÇAS MUNICIPAIS:	
Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 120, de 26 de junho de	9
Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 120, de 26 de junho de 2019, com um saldo orçamental de 466.158,73 € (quatrocentos e sessenta e	9
Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 120, de 26 de junho de 2019, com um saldo orçamental de 466.158,73 € (quatrocentos e sessenta e seis mil, cento e cinquenta e oito euros e setenta e três cêntimos)	9
Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 120, de 26 de junho de 2019, com um saldo orçamental de 466.158,73 € (quatrocentos e sessenta e seis mil, cento e cinquenta e oito euros e setenta e três cêntimos)	9
Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 120, de 26 de junho de 2019, com um saldo orçamental de 466.158,73 € (quatrocentos e sessenta e seis mil, cento e cinquenta e oito euros e setenta e três cêntimos)	9
Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 120, de 26 de junho de 2019, com um saldo orçamental de 466.158,73 € (quatrocentos e sessenta e seis mil, cento e cinquenta e oito euros e setenta e três cêntimos)	
Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 120, de 26 de junho de 2019, com um saldo orçamental de 466.158,73 € (quatrocentos e sessenta e seis mil, cento e cinquenta e oito euros e setenta e três cêntimos)	
Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 120, de 26 de junho de 2019, com um saldo orçamental de 466.158,73 € (quatrocentos e sessenta e seis mil, cento e cinquenta e oito euros e setenta e três cêntimos)	
Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 120, de 26 de junho de 2019, com um saldo orçamental de 466.158,73 € (quatrocentos e sessenta e seis mil, cento e cinquenta e oito euros e setenta e três cêntimos)	
Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 120, de 26 de junho de 2019, com um saldo orçamental de 466.158,73 € (quatrocentos e sessenta e seis mil, cento e cinquenta e oito euros e setenta e três cêntimos)	
Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 120, de 26 de junho de 2019, com um saldo orçamental de 466.158,73 € (quatrocentos e sessenta e seis mil, cento e cinquenta e oito euros e setenta e três cêntimos)	
Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 120, de 26 de junho de 2019, com um saldo orçamental de 466.158,73 € (quatrocentos e sessenta e seis mil, cento e cinquenta e oito euros e setenta e três cêntimos)	
	catorze horas e trinta minutos, no salão nobre da Câmara Municipal de Mirreuniu esta, ordinariamente, sob a direção do Sr. Presidente da Câmara, D Raul José Rei Soares de Almeida, estando presentes os Vereadores Senhore Nelson Teixeira Maltez, Dr. Manuel de Jesus Martins, Drª. Dulce Helen Ramos Cainé, Dr. Fernando José Domingues Madeira, Dr. Luis Manuel Simõe Miranda e Drª. Madalena Isabel Colaço dos Santos. ————————————————————————————————————

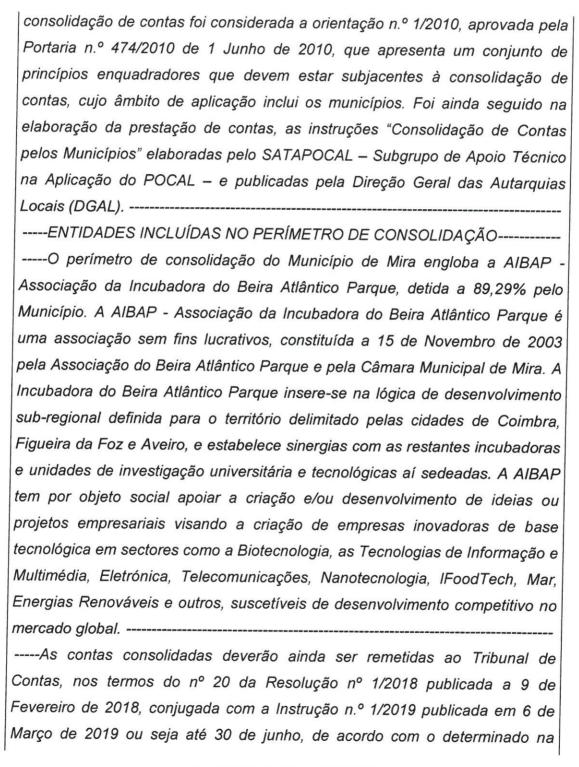


	as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal ajudava naquilo que podia.
	Assumiu que grande parte dos esforços estavam canalizados para a Praia de
	Mira, em virtude do hasteamento da bandeira azul, na próxima terça-feira, mas
	também iria ser feita intervenção no centro da vila e outras áreas do concelho
	No tocante aos buracos, disse que na próxima semana iriam começar a
	aplicar massa asfáltica
	PERÍODO DA ORDEM DO DIA:
	DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:
	RATIFICAÇÃO DE PRÁTICA DE ATO (Nº. 3, DO ARTº. 35º. DO ANEXO I DA LEI Nº.
	75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA ATUAL REDAÇÃO) — RETIFICAÇÃO DE EDITAL Nº.
	44/2019 – HASTA PÚBLICA PARA ATRIBUIÇÃO DOS ESPAÇOS DE APOIO ÀS FESTAS DE
I	SÃO TOMÉ A DECORRER DE 20 A 25 DE JULHO DE 2019
	A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a <i>proposta nº</i> .
	207/2019, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da ratificação, ao abrigo do
	disposto no nº. 3, do artº. 35º., do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de
	setembro, na atual redação, do despacho proferido em 18 de junho de 2019,
	relativo à retificação do edital nº. 44/2019 de hasta pública para atribuição dos
	espaços de apoio às festas de S.Tomé, a decorrer de 20 a 25 de julho de 2019.
	CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018
	A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com dois votos contra dos
-	Senhores Vereadores Dr. Manuel Martins e Dr. Luis Miranda e cinco votos a
1	favor, do Sr. Presidente da Câmara e Vereadores Senhores Nelson Maltez,
	Dr <sup>a</sup> . Dulce Cainé, Dr. Fernando Madeira e Dr <sup>a</sup> . Madalena Santos, aprovar a
	proposta nº. 208/2019, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da aprovação
(	dos documentos de prestação de contas consolidadas, bem como, da
5	submissão dos mesmos à apreciação do Órgão Deliberativo, nos termos do n.º
2	2 e n.º 3 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na atual redação,
C	que estabeleceu o Regime Financeiro das Autarquias Locais, conjugado com



as alineas I), do nº. 1, do artº. 25°., do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de
setembro, na atual redação
Os referidos documentos encontram-se anexos à presente ata e dela fican
a fazer parte integrante
A mencionada proposta é do seguinte teor:
CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018
Nota prévia
A obrigação legal de consolidação de contas decorre não só por força da
Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade
empresarial local e das participações locais, como também da entrada em vigor
da nova Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, que estabeleceu o Regime
Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, adiante
designada como nova Lei das Finanças Locais
A Lei n.º 73/2013, de 3 setembro, na atual redação, a qual entrou em vigor
em 1 de janeiro de 2014, no seu artigo 74º veio introduzir alterações ao nível
da consolidação de contas clarificando e determinando objetivamente que os
Municípios devem apresentar contas consolidadas, e de que modo o devem
fazer
As demonstrações financeiras consolidadas devem ser elaboradas e
aprovadas, de acordo com o estabelecido no artigo n.º 75.º do referido diploma,
pela Câmara Municipal e de acordo com o estabelecido no nº 2 do artigo 76.º
submetidas a apreciação dos órgãos deliberativos durante sessão ordinária do
mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam
Nesse sentido e atendendo a que se mantiveram os mesmos pressupostos
e condicionantes, a consolidação de contas do exercício de 2018, efetuou-se
nos mesmos moldes do ano anterior. Isto é, pautando-se o Plano Oficial de
Contabilidade das Autarquias – POCAL pela ausência de princípios e
procedimentos contabilísticos que devem estar subjacentes a uma adequada
I







alínea d) do nº 2 artigo 51º e nº 4 do artigo 52º da LOPTC (Lei de Organização
e Processo do Tribunal de Contas)
Nestes termos, propõe-se que a Câmara Municipal delibere favoravelmente
a aprovação dos documentos de prestação de contas consolidadas, em anexo,
e os submeta à apreciação do órgão deliberativo, nos termos do nº 2 e nº 3 do
artigo 76º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, na atual redação que
estabeleceu o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades
Intermunicipais, conjugado com as alíneas I) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I
da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, na atual redação."
O Sr. Presidente da Câmara disse que se tratava do cumprimento de uma
exigência legal, uma vez que o Município detinha 89,29% do capital social da
AIBAP, por isso era obrigatória a consolidação das contas. Destacou o facto
das duas entiddes, Município e AIBAP, terem reduzido substancialmente, a
dívida e de todo o processo ter sido auditado e certificado pelo Revisor Oficial
de Contas, que tinha acompanhado todo o processo e emitido uma declaração
comprovativa de que tudo tinha sido feito de acordo com as regras
contabilísticas e legalmente vigentes
Informou ainda que a WRC tinha passado para a esfera do Município da
Mealhada e de Anadia, tendo saído da própria AIRC, por estar a dar prejuízos
avultados à associação, daí já não estar também no perímetro das contas da
Autarquia
O Sr. Vereador Dr. Manuel Martins perguntou quel era a dívida da AIBAP,
a curto, médio e longo prazo
O Sr. Presidente da Câmara respondeu que era cerca de um milhão de
euros a longo prazo e a curto prazo à volta de cento e tal mil euros, sendo que,
à data de entrada em funções do atual Executivo o seu montante era de cerca
de dois milhões e quatrocentos mil euros
6ª REVISÃO ORÇAMENTAL 6ª REVISÃO ÀS GOP'S — ANO 2019
I



---- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com dois votos contra dos Senhores Vereadores Dr. Manuel Martins e Dr. Luis Miranda e cinco votos a favor, do Sr. Presidente da Câmara e Vereadores Senhores Nelson Maltez. Dra. Dulce Cainé, Dr. Fernando Madeira e Dra. Madalena Santos, aprovar a proposta nº. 209/2019, do Sr. Presidente da Câmara, contendo a 6ª. revisão orçamental e a 6ª. revisão às GOP's, do ano de 2019 nos termos do D.L. nº. 54-A/99, de 22 de fevereiro, na atual redação, a qual se encontra anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante. ---------O Sr. Presidente da Câmara disse que a revisão orçamental se devia à aprovação de mais dois projetos apoiados por fundos comunitários, designadamente, os Viveiros da Praia de Mira e o Mercado, sendo necessário atualizar o PPI para anos seguintes, sendo que na próxima reunião seria ali proposta a aprovação do projeto e a abertura do concurso público, pelo que era necessário ter o orçamento preparado e adaptado para acolher aquele projeto. -----EMPRÉSTIMO QUADRO BEI - LINHA BEI PT2020 - AUTARQUIAS -ADJUDICAÇÃO, AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, BEM COMO, APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO ---------- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com dois votos contra dos Senhores Vereadores Dr. Manuel Martins e Dr. Luis Miranda e cinco votos a favor, do Sr. Presidente da Câmara e Vereadores Senhores Nelson Maltez. Dra. Dulce Cainé, Dr. Fernando Madeira e Dra. Madalena Santos, aprovar a proposta nº. 210/2019, do Sr. Presidente da Câmara, do seguinte teor:----------Empréstimo Quadro BEI - Linha BEI PT2020 - Autarquias -Adjudicação, Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais, bem como, Aprovação da Minuta do Contrato de Empréstimo---------Na reunião de 26 de Fevereiro de 2019, a Câmara Municipal de Mira deliberou autorizar a apresentação do pedido de financiamento à "Linha BEI PT

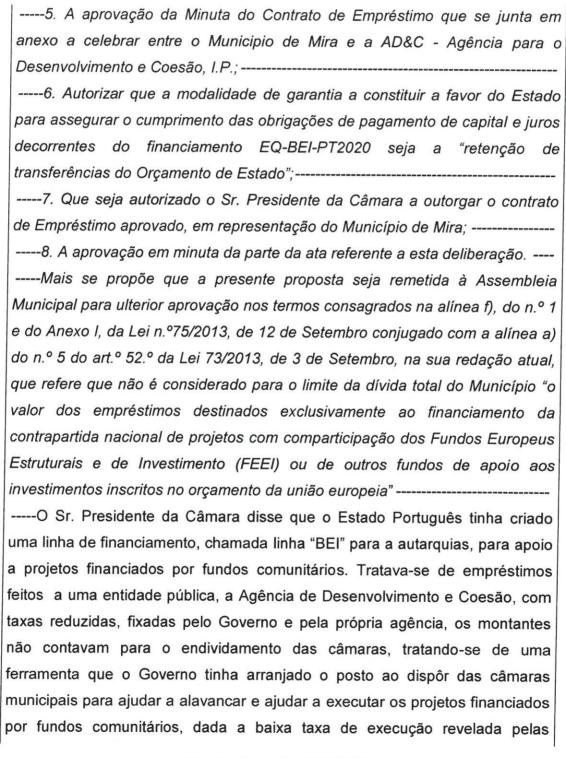


	2020 – Autarquias", mediante a submissão das respetivas candidaturas através
	do Balcão 2020, por um prazo de 15 anos e com um período de carência de 2
	anos, para financiamento da contrapartida nacional referente às seguintes
	operações:
	CENTRO-07-2316-FEDER-000183_4358 - Reabilitação e Reconversão
	Estrutura Abandonada - Mercado;
	POSEUR-03-2012-FC-000627_4359 - Fecho Sistema de SAR Casal e
	Ermida;
	POSEUR-03-2012-FC-000128_4360 - Elaboração Cadastro Sistemas em
	Baixa AA e SAR
	As candidaturas foram submetidas no dia 15 de Março através do Balcão
	2020
	Apesar do reconhecimento do Governo e da ANMP dessas condições
	muito favoráveis (Taxa Fixa de 1,564% ou Taxa Variável Indexada à Euribor
	6M + Spread de 0,2777%), na data supra referida a Câmara Municipal
	deliberou, simultaneamente, proceder à abertura de um procedimento de
	consulta para a contração de um empréstimo de médio e longo prazo até
	200.000€ junto da banca comercial, para dar cumprimento ao previsto no artigo
	49.°, n.° 5 da Lei 73/2013, de 3 de Setembro (Regime Financeiro das
	Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais)
	Neste âmbito, no passado dia 6 de Maio de 2019, a AD&C (Agência para o
	Desenvolvimento e Coesão, I.P.) comunicou que foi aprovado o pedido de
ì	financiamento ao abrigo do EQ-BEI-Linha BEI PT2020 – Autarquias, no
1	montante de 113.190,15€ e que a análise das restantes duas candidaturas teria
(	que ser suspensa em virtude do prazo de execução das referidas operações já
t	er sido ultrapassado
	Assim, para que as candidaturas POSEUR-03-2012-FC-000627_4359 e
ŀ	POSEUR-03-2012-FC-000128_4360 pudessem ser avaliadas / aprovadas teria

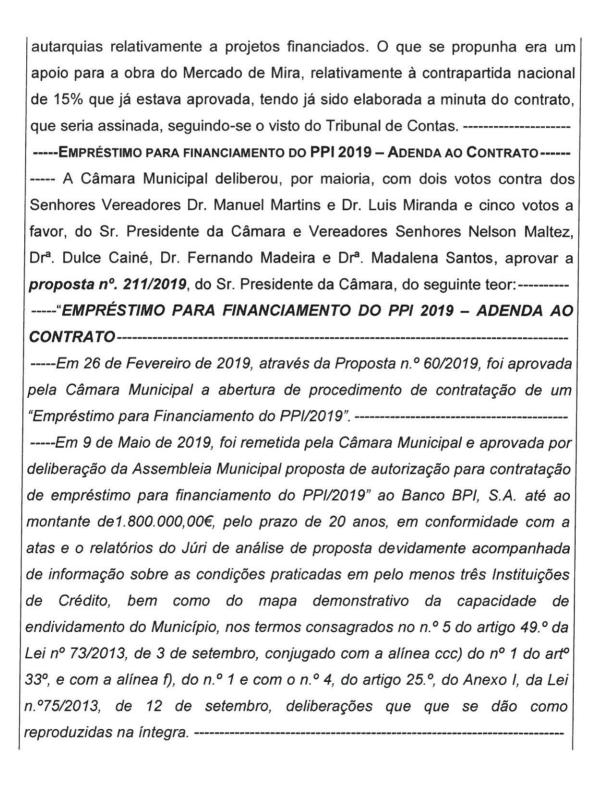


de ser efetuada uma reprogramação dessas duas operações. Ora, considerando que se tratam de operações que, de acordo com as Autoridades de Gestão, terão de estar concluídas a muito curto prazo, não se justificará estar a elaborar o referido pedido de reprogramação financeira, pelo que, nestes casos as candidaturas deverão ser definitivamente canceladas, devendo apenas continuar todo o processo de contratação relativo à operação CENTRO-07-2316-FEDER-000183 4358. ----------Neste contexto, considerando a ata do ato de abertura das propostas e o relatório preliminar de análise das propostas elaborado pelo júri designado para o procedimento de consulta junto da banca comercial, nos quais se verifica que nenhum concorrente apresenta propostas concorrenciais com as condições da "Linha BEI PT2020-Autarquias", propõe-se:----------1. Autorizar a contratualização de um empréstimo no valor de 113.190,15€. através do EQ BEI-Linha BEI PT2020 - Autarquias para a obra "Reabilitação e Reconversão de Estrutura Abandonada" operação CENTRO-07-2316-FEDER-000183\_4358 de acordo com os artigos 49.º e 51.º da Lei 73/2013, de 3 de Setembro, conjugado com o Despacho n.º 6200/2018, de 15 de Junho e Despacho 6323-A/2018, de 27 de Junho;---------2. Definir que o empréstimo seja no regime de taxa variável, correspondendo esta à taxa Euribor a seis meses acrescida de um spread de 0,277% que vigorará durante todo o período de vida do contrato; ----------3. Aprovar a proposta do júri de não adjudicação no procedimento de contratação de empréstimo de médio e longo prazo; ----------4. Autorização prévia dos compromissos plurianuais inerentes ao contrato de financiamento, nos termos da alínea c) do artigo 6.º da Lei 22/2015, de 17 de Março;-----









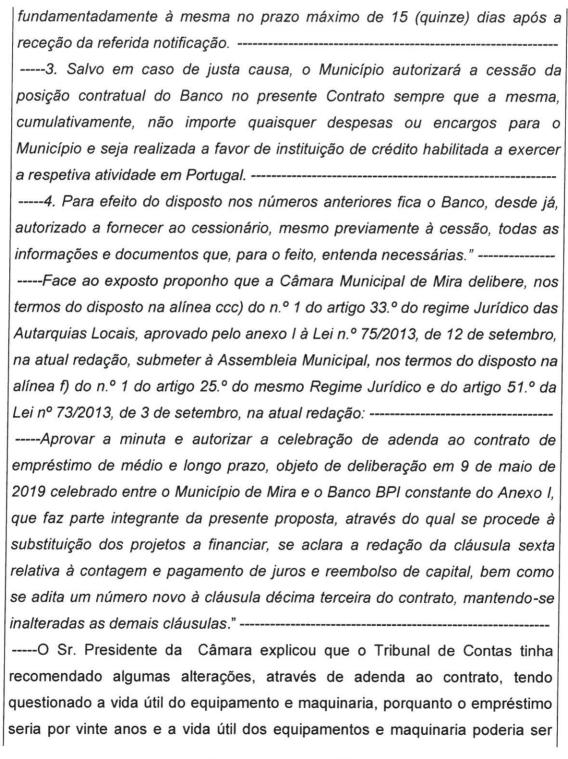


Em 15 de Maio de 2019 as partes celebraram o contrato de crédito
("Contrato"), cuja cópia se junta em anexo
Nos termos do contrato, as partes, em conformidade com a legislação
aplicável, condicionaram a sua entrada em vigor à concessão, pelo Tribunal de
Contas, do visto ao contrato;
O processo foi remetido para fiscalização prévia do Tribunal de Contas,
nos termos do nº 1 do artigo 82º da Lei nº 98/97 de 26 de agosto, na redação
dada pela Lei nº 20/2015 de 9 de março e da Resolução do Tribunal de Contas
nº 14/2011 publicada no DR, 2ª série, nº156 de 16 de agosto, tendo aquele
douto Tribunal recomendado que o Município ponderasse retificar e/ou alterar
determinadas disposições constantes do contrato ainda que por adenda
Na sequência da recomendação referida o Município articulou com o
Banco, que aceitou, este ajustamento ao contrato
Assim, o Município prontamente acolheu as recomendações e procedeu à
elaboração de uma adenda ao contrato sujeito a visto, cuja minuta se remete
em anexo para aprovação, a qual faz parte integrante da presente proposta e
que se traduz em proceder à alteração do número 2 da Cláusula Terceira,
alterar o número 2 da Cláusula Sexta e, bem assim, os números 1 a 3 da
Cláusula Décima Terceira, à qual será ainda aditado 1 novo número, que
passarão a ter seguinte redação;
Terceira
()
1. Inalterado
2. O crédito destina-se a financiar os seguintes projetos:
Reparação, manutenção e pavimentação de arruamentos e ciclovias no
concelho de Mira, GOP 2 242 2019/43: € 1.450.000,00 (um milhão quatro
centos e cinquenta mil euros);



Reabilitação do Complexo Desportivo de Mira, GOP 2 242 2019/24 Ac.8.
€100.000,00 (cem mil euros);
Requalificação da Avenida da Barrinha, GOP 2 242 2016/17 Ac.7:
€100.000,00€ (cem mil euros);
Execução de Bancadas e Balneários para o Estádio Municipal, GOP 2 252
2019/24 Ac.3: €150.000,00 (Cento e cinquenta mil euros)
3. Inalterado
Sexta
()
1. Inalterado
2. Sem prejuízo do disposto no anterior número 1 relativamente ao
pagamento de juros durante o período de utilização do Crédito, o capital e os
demais juros serão pagos em 37 (trinta e sete) prestações semestrais,
postecipadas, iguais e sucessivas de capital e juros, vencendo-se a primeira 24
(vinte e quatro) meses a contar da data em que tenha sido obtido o Visto do
Tribunal de Contas
3. Inalterado
4. Inalterado
Décima Terceira
()
1. Inalterado
2. O Banco poderá, em qualquer momento, ceder, total ou parcialmente, a
sua posição contratual no presente Contrato, desde que obtenha o prévio
consentimento escrito do Município. Para o efeito, o Banco deverá notificar o
Município com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias relativamente à
data da celebração do contrato de cessão de posição contratual, considerando-
se para todos os efeitos autorizada a cessão caso o Município não se oponha





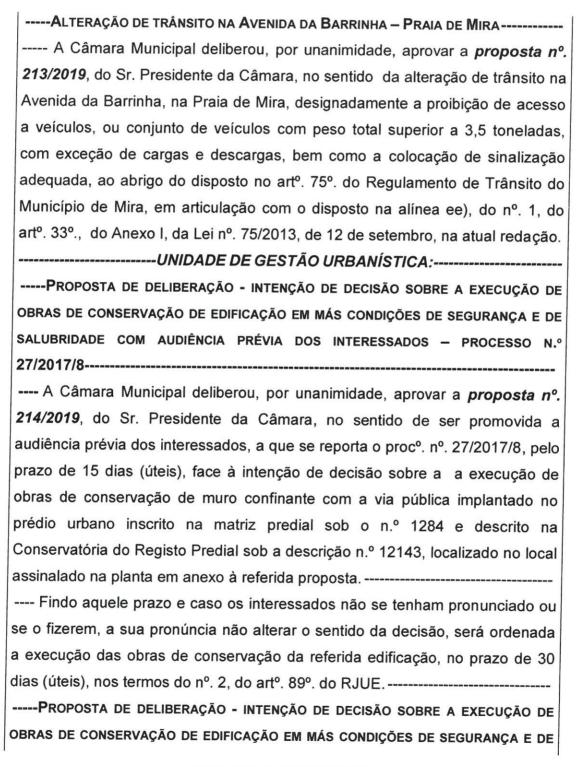


superior, pelo que se tinha optado por substituir a aquisição de viaturas por
outros dois projetos, tendo igualmente sido aceite a sugestão do Tribunal de
Contas no tocante ao período de carência
O Sr. Vereador Dr. Manuel Martins questionou o que iria então ser feito
relativamente a maquinaria e equipamento
O Sr. Presidente da Câmara informou que, dado que havia margem para
endividamento, seria feito um empréstimo só para maquinaria e equipamento,
por um período mais curto de tempo
O Sr. Vereador Dr. Manuel Martins disse que, assim sendo, em breve seria
ali apresentada uma outra proposta de empréstimo. O Sr. Presidente da
Câmara assentiu e disse que seria um empréstimo de um valor mais baixo que
aquele
O Sr. Vereador Dr. Manuel Martins quis ainda saber quais os arruamentos
e ciclovias que iriam ser contemplados
O Sr. Presidente da Câmara disse que, aquando da aprovação do projeto e
abertura de concurso público seria disponibilizada toda essa informação. O
estudo e levantamento de estradas estava a ser efetuado, os orçamentos
estavam a ser preparados e quando o projeto estivesse concluído seria então
possível dar essa informação. Realçou que o próprio Tribunal de Contas não
tinha solicitado essa informação. Acrescentou que já estava feito um estudo
prévio, mas o mesmo apontava para cerca de três milhões de euros, daí que
tivessem que ser estabelecidas prioridades
O Sr. Vereador Dr. Luis Miranda interveio e disse que, não estando ainda
elaborado um estudo concreto, se corria o risco de não se saber ao certo o
montante necessário para a intervenção e poder não ser suficiente o montante
do empréstimo em discussão e ter que se recorrer a um outro empréstimo
O Sr. Presidente da Câmara disse que sempre tinha afirmado que o ideal
seria fazer-se tudo, mas não havia essa possibilidade e, como tal, teriam que

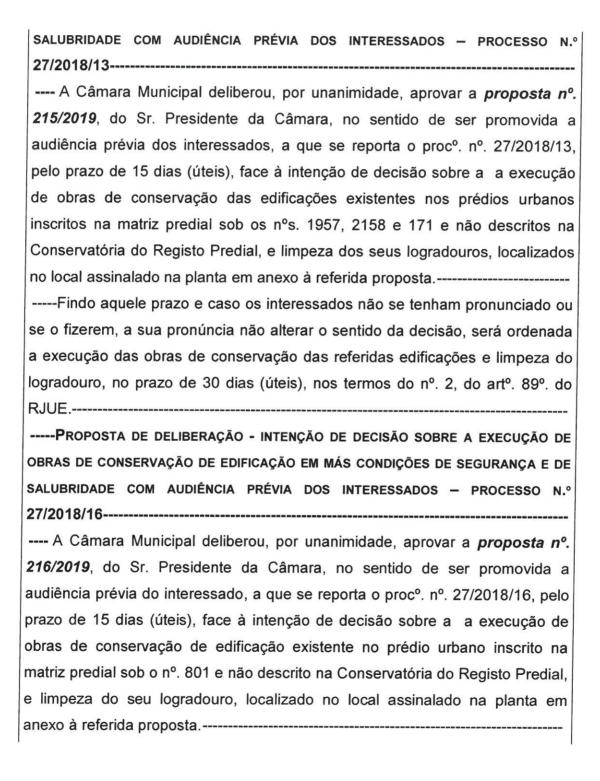


ser feitas opções e estabelecidas prioridades. Mais acrescentou que havia a
intenção de criação de um fundo próprio para que as autarquias pudessem
recorrer a financiamento específico para asfaltamentos
O Sr. Vereador Dr. Manuel Martins aludiu a estradas municipais bastante
carecidas de reparação, assim como de infra-estruturas e perguntou o que
estava previsto para a estrada Mia/Praia de Mira
O Sr. Vereador Nelson concordou que havia estradas mais prioritárias que
outras em termos de necessidade de intervenção por exemplo a estrada do
Cential/Casal S. Tomé, era das mais calamitosas e tinha que ser primeiramente
substituída a conduta de fibrocimento antes de se proceder à reparação
daquela via
DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI-QUADRO DE TRANSFERÊNCIA DE
COMPETÊNCIAS PARA A ADMINISTRAÇÃO LOCAL - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA, CIM-RC, NO DOMÍNIO DO
SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS REGULAR EM VIAS NAVEGÁVEIS
INTERIORES E TRANSPORTE TURÍSTICO DE PASSAGEIROS E EM VIAS NAVEGÁVEIS
INTERIORES
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a <b>proposta nº.</b>
212/2019, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido de ser submetida à
Assembleia Municipal, em harmonia com o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do
artigo 33.º do Anexo I da Lei. n.º 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação,
a aprovação da proposta de aceitação da transferência de competências supra
referida constantes do Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril, no domínio do
serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis
interiores e o transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores
e delegar essas competências nos órgãos da entidade intermunicipal da
Região de Coimbra - CIM-RC
DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS:

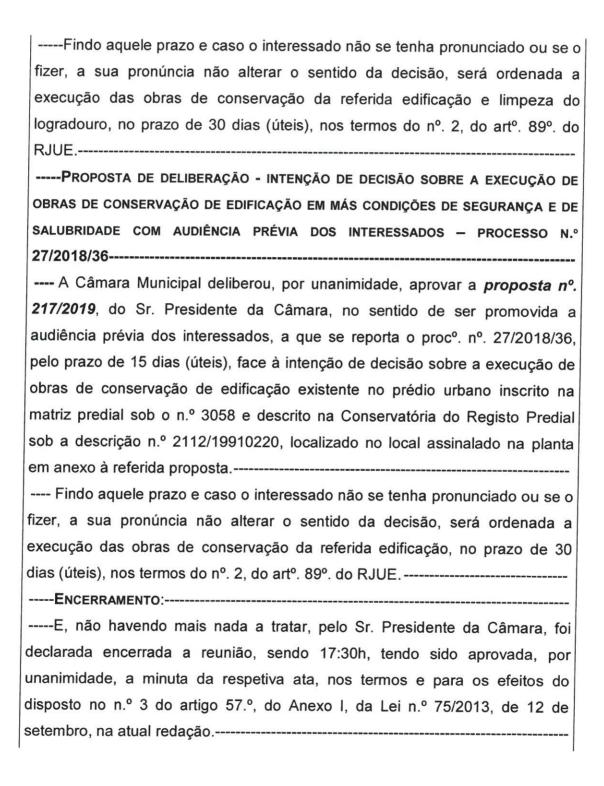














E, para constar, se lavrou a presente ata, que eu, Olívia da Conceição
C.P.A. Eulálio, na qualidade de secretária, redigi
Bow Almb
(Presidente: Raul José Rei Soares de Almeida, Dr.)
- Oierion.
(Secretária: Olívia da Conceição C.P.A. Eulálio)